



PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA PARA (RE)PRODUÇÃO DO CAPITAL

Júnio De Jesus Dos Santos

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia-Uesb.
Mestrando Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia-Ppgeo/Uesb.
juniogeo@hotmail.com

Maiara Cerqueira Leandro

Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia-Uesb.
Mestranda Do Programa De Pós-Graduação Em Geografia-Ppgeo/Uesb.
maiara-sf@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo trata-se da problemática que envolve as discussões sobre a produção do espaço para (re)produção do capital, enquanto temática que traz as discussões da estrutura da sociedade, haja vista, que a estruturação da cidade no contexto da urbanização brasileira atual transforma o conteúdo do urbano e da cidade. Desse modo, a produção do espaço tem a cidade como produto e o urbano como mercadoria. Assim, o objetivo principal é verificar a estruturação do espaço urbano que a cidade de Santo Antônio de Jesus teve para (re)produção do capital. Para atingir com o objetivo proposto, adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: primeiro, pesquisa bibliográfica para compor o referencial teórico com base em Lefebvre (1991, 1999 e 2012), Sposito (2004, 2006 e 2007), dentre outros autores a fim de compreender a produção e a estruturação do espaço. Segundo, pesquisa documental e estudo de campo para realizar o mapeamento de alguns serviços comerciais, públicos e privados. E, terceiro, sistematização das informações em tabelas e mapas. Por fim, redação da pesquisa. Constatou que a produção do espaço é a forma utilizada para a sobrevivência do capitalismo. Conclui, que a inserção de equipamentos e infraestrutura urbana, a oferta de serviços públicos e privados, e sobretudo os loteamentos e condomínios fechados estabeleceram a expansão territorial e estrutura da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA e ao surgimento de novos conteúdos a periferia, ao urbano, à cidade, à acumulação do capital e a manutenção da estrutura da sociedade em classe em níveis mais evidente e contraditória, e sobretudo a adequação do espaço urbano para o capital.

PALAVRAS – CHAVE: Produção do Espaço. Estruturação. (Re)produção do Capital.

1 INTRODUÇÃO

As estruturas e os conteúdos das cidades foram modificados com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX e XX para atender à acumulação do capital. Esse movimento, permite a (re)produção do capitalismo, em um sistema cada



vez mais coeso na dispersão e mobilidade geográfica que marca a urbanização desse período. No Brasil, a urbanização se alicerça na reprodução do capitalismo periférico com um modelo baseado na fluidez do capital.

Nesse contexto, que as cidades brasileiras passaram e tais transformações também modificou o conteúdo social da vida urbana, que sustenta-se, dentre outros aspectos, na transformação do valor de uso da cidade, por espaços centrados na lógica da mercadoria, resultado das estratégias de classes, dos agentes fundiários e da produção imobiliária na verticalização das cidades brasileiras, advindos das décadas de 1970 e 1980 para produção do espaço na estrutura da cidade e do urbano para o capital (SPOSITO, 2004).

Nessa direção, algumas transformações importantes na urbanização da cidade de Santo Antônio de Jesus ocorrem desde o final da década de 1970 decorrente do aumento da população, do crescimento comercial, conseqüentemente da oferta de serviços e funções e da expansão territorial urbana que estão ligados a política rodoviária instalada no país a partir de 1950, em função, do ferroviário são singularidades que tornam o fenômeno na cidade média algo ainda mais complexo.

Face a universalização do capitalismo, da atuação do mercado imobiliário e dos interesses dos proprietários fundiários, mediante a cooptação do poder público, que legitima as estratégias e ideologias de dominação produz diferentes espacialidades no mesmo espaço urbano com lógicas distintas. Desse modo, o objetivo principal é verificar a estruturação do espaço urbano que a cidade de Santo Antônio de Jesus teve para (re)produção do capital.

Este artigo se justifica, porque é um instrumento de sistematização de conhecimento sobre a (re)produção capitalista do espaço na periferia das cidades médias. A pesquisa está sendo desenvolvida com novas leituras à temática proposta nos grupos de pesquisa, tais como Urbanização e Produção das Cidades na Bahia, da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Universidade Estadual de Feira de



Santana (UEFS; e, sobretudo, da Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias (ReCiMe). Também, é resultado de discussões teóricas e pesquisas realizadas na área de estudo sobre as questões urbanas relacionadas à reprodução da cidade e suas contradições. Abordagens que vêm sendo aprofundadas com as pesquisas realizadas no mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Para o desenvolvimento da pesquisa realizou pesquisa bibliográfica para compreender a teoria da produção do espaço, as ações e as estratégias dos agentes imobiliários e fundiários para produção do espaço em cidades médias por meio dos registros das leituras, a exemplo, Lefebvre (1991, 1999 e 2012), que trata da dialética da produção do espaço e Harvey (2005), sobre a produção capitalista do espaço. Em relação às dinâmicas dos agentes imobiliários e fundiários, o aporte de Sposito (2004, 2006 e 2007) sobre os novos conteúdos da urbanização, do urbano e cidades brasileiras. Posteriormente, pesquisa documental da evolução da população, dos condomínios e loteamentos fechados de 1970 -2010 como face materializada das ações e estratégias dos agentes imobiliários e fundiários e, estudo de campo para realizar o mapeamento de alguns serviços comerciais, públicos e privados.

Além desta introdução, das considerações finais e das referências este artigo possui dois tópicos. O primeiro apresenta uma abordagem conceitual sobre a produção do espaço da cidade, suas necessidades e desejos como produtos para reprodução das relações sociais e o urbano como mercadoria. Na parte seguinte, discute-se a estruturação da cidade e do urbano de Santo Antônio de Jesus para o capital e as contradições em meio às práticas de apropriação do espaço.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A CIDADE PRODUTO E O URBANO MERCADORIA



A cidade, enquanto suporte de ação deverá ser apreendida, com a relação espaço e tempo do nível superior que tem o Poder Público e o poder econômico que atuam como agentes sociais para manutenção ou criação do *status quo* dos portadores dos meios de produção que agem em escala maior e se estabelecem na morfologia da cidade e o nível inferior que constitui (a cidade) o ponto de chegada e partida de ordem, na sociedade atual para o consumo. Em relação ao urbano de acordo com a lógica trinitária deverá ser apreendida para entendimento desse período histórico da sociedade: primeiro, a dimensão simbólica das ideologias que estrutura as classes sociais; segundo, a dimensão paradigmática das projeções sociais; e, terceiro, a dimensão é a sintagmática que reporta aos sistemas de regulação urbana (LEFEBVRE, 1999).

Marx (1985) entende o espaço com as relações sociais com as relações de produção e, o modo de produção capitalista aliena, portanto, é ideológica. Para Lefebvre (1999), o espaço é a dimensão fundamental da reprodução das sociedades. As mudanças nas práticas culturais, econômicas e políticas por meio dos modos flexíveis e da compressão do espaço-tempo tornou o capitalismo mais coeso e organizado. O Estado regula e institucionaliza. O Estado e o capital têm uma nova identidade com os modos de consumo e estilo de vida (HARVEY, 1996). O trabalho é o elo para produção capitalista (MARX, 1985), o espaço é produzido e realizado pelo trabalho (LEFEBVRE, 2012) e o consumo permite a reprodução capitalista (HARVEY, 2005).

O espaço é uma estrutura social (SANTOS, 2006), mas que a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os locais, pois o espaço apresenta um testemunho da história por processos do passado e do presente com um conjunto de relações, de funções e de formas que são representativas das relações sociais e, que a estrutura é representada por relações que acontecem no espaço (SANTOS, 1991).



A produção espacial da sociedade estruturou-se para fazer manter as condições essenciais para (re) produção capitalista, do controle ideológico, o estímulo ao consumo faz com o espaço seja uma dimensão que precisa ser estudada para compreender ela mesma, enquanto condição e meio para essas novas realidades das cidades contemporâneas (SOJA, 1993). Para Smith (1998), o espaço é visto como produto social. A concretização das relações sociais não se dá de forma equânime, porque no espaço ocorre o desenvolvimento desigual e, é, expressão geográfica do sistema de contradições entre o valor de uso e o valor de troca da própria constituição e estrutura do capital (SMITH, 1988).

A teoria do desenvolvimento desigual ratifica as posições de Henry Lefebvre de que o capitalismo sobrevive através da produção do espaço. Já Gottdiener (1997), assinala através da teoria da produção do espaço, que o espaço é meio de produção com a terra e parte das forças sociais de produção da base econômica, assim como, objeto de consumo, instrumento político e elemento para luta de classes.

Lefebvre (2012), a produção do espaço tende a dominação da prática social, por meio do emprego de forças produtivas e das técnicas existente, através da iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir em diferentes escalas, portando de ideologias e de representações sociais de dominações do espaço. Dessa forma, a modernização do sistema capitalista no espaço produz e reproduz uma prática social que produz uma forma espacial desigual na cidade. A cidade é a forma da prática sensível e, que, portando sugere uma prática social que produz uma forma, o que consagra na cidade a desigualdade. A produção do espaço revela duas naturezas: primeiro, espaço político, lugar e objeto de estratégias. E segundo, uma projeção do tempo, reagindo sobre ele e permitindo dominá-lo, “[...], por conseguinte, atualmente, explorá-lo até a morte. O que anuncia a libertação do tempo-espaço (LEFEBVRE, 1999, p. 50)”. A produção do espaço mostra conflitos entre a apropriação e denominação, o valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 2012).



A produção do espaço tem um papel cada vez mais importante na evolução e sobrevivência do capitalismo. Carlos (2017) a produção do espaço é condição, meio e produto da reprodução social e revela uma prática que é socioespacial. Para entender, a produção do espaço para (re) produção do capital é preciso atentar-se a associação de três fatores: a dominação política, acumulação de capital e realização da vida. Para Sobarzo (2007), a produção do espaço gera relações conflituosas e/ou convergentes. Ademais, a universalização do capital e sua relação com o trabalho espaço expressa a diferenciação social marcado por distinções, desproporcionalidade e desequilíbrios no espaço. O caráter contraditório da produção do espaço (LEFEBVRE, 2012), que se pode fazer a análise do desenvolvimento desigual, pois a missão histórica do capital é o desenvolvimento de forças de produção universal por via da igualização geográfica e dos níveis de produção. Porém, a produção da natureza para igualização é frustrada pela diferenciação (SMITH, 1988).

O direito à cidade é a forma superior do direito à liberdade, ao habitat e habitar, como diz Lefebvre (1991, p. 135) “O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. Para Sposito (2006), a proliferação dos condomínios é a expressão notória do urbano e da urbanização como negócio. Arroyo (2006), as condições de produção quanto as condições de circulação são tão importantes para essa demanda flexível do capitalismo e, por isso, que os grupos sociais hegemônicos, através do Estado estabelece rede de transporte e comunicação para facilitar uma circulação rápida da mercadoria em capital.

A lógica da (re) produção do espaço urbano contemporâneo é produto, condição e meio das relações capitalista (SILVA, 2006). “O espaço urbano é resultante de uma articulação dialética de formas e funções”, constitui como produto das relações sociais, mas também é condicionante dessas relações, “enquanto produz sua própria negação, através da dispersão”, desse modo, a cidade é suporte para produção, em função da



concentração espacial. As novas espacialidades e novas territorialidades dão novas morfologias, e a cidade é submetida a racionalidade do modo de produção capitalista ideológica (WHITACKER, 2007, P. 144).

Parte de nossa sociedade recusa a proximidade espacial o que leva a separação total do espaço com a divisão do espaço urbano com muros para separar-se dos demais da cidade. A segregação é o processo que conduz à formação de áreas, a qual a população, classe trabalhadora e pobre é forçada a residir. Contrariamente, a autosegregação é o processo na formação de área de forma radical e voluntária para agrupamento homogêneo residencial que procurar aproximar dos semelhantes e excluir os diferentes e o acesso dos indesejáveis (VASCONSELO, 2016).

Separa-se a cidade pela renda e a autosegregação torna o espaço urbano fragmentado, pois cria um simulacro de vida urbana através dos condomínios fechados. Desse modo, a uma quebra do urbano, pois para Lefebvre (2012; 1999), o urbano é a reunião e o condomínio expresso é a separação da vida urbana. Gottdiener (1997) a segregação está pelo controle da moradia -a ideia de segregação da parte da moradia, a segregação é a falta de moradia, é residencial, porém a autosegregação é capital realizado na periferia, daí novos conteúdos: pobreza e riqueza estão difusos no mesmo espaço, quebrando o urbano.

Maia (2006) ressalta que a transformação do solo em propriedade deu-se com a Lei de Terras, pois regulamentou a propriedade privada urbano e consagra a expansão da cidade através dos loteamentos. Logo, o Estado é dos agentes que dá sustentação a esse processo, no papel de promover os bens de consumo coletivo e o meio urbano para consolidação do mercado de terras.

O loteamento provoca a expansão da cidade no século XIX, mas no século XXI, a produção da cidade a partir dos loteamentos fechados dá um novo formato, face a configuração da negação do espaço público, do aniquilamento da rua e da praça, do encontro e da convivência, e representa a configuração espacial da produção do espaço



urbano contemporâneo do Brasil (MAIA, 2006). Contraditoriamente, “reafirma a repressão, a segregação, a não apropriação pelos demais habitantes da cidade e portanto o não encontro (MAIA, 2006, P. 166) ”.

Os condomínios fechados é uma realidade e redefine o conteúdo do urbano a partir de 1960, sobretudo de forma mais intensa a partir de 1990 nas cidades médias do Brasil (SPÓSITO, 2006). A ideologia presente no espaço urbano, através dos condomínios fechados é uma oposição a cidade (VILLAÇA, 2001).“Uma materialização clara, evidente e inegável da privatização do espaço público”, além de criar um espaço global e homogêneo, fragmenta e hierarquiza o espaço urbano (SOBARZO, 2006, P. 199).

O condomínio fechado mostra a dominação política com o papel do poder público em legalizar e estabelecer infraestrutura de produção e circulação; a acumulação de capital com o surgimento de novos produtos imobiliário para (re) produção do capital; e a realização da vida humana é fragmentada com a desvalorização do espaço público e da cidadania. Além disso, tem uma apropriação limitada, pois as práticas são regulamentadas e normatizadas que limitam a apropriação com a privação corporal (SOBARZO, 2006). A satisfação das necessidades coletivas do conjunto de moradores da cidade fica prejudicada, por causa da satisfação das necessidades individuais de circular e ter lazer dos que moram dentro do muro (SPOSITO, 2006).

“O processo de diferenciação espacial torna-se cada vez mais concentrador e hierárquico”, porque o processo de seletividade espacial reforça o desenvolvimento desigual e combinado (ARROYO, 2006, P. 83). Silva (2006, p. 220) “a produção do espaço urbano se faz de forma coletiva, mas sua apropriação se forma de forma privada e seletiva”, e juntamente com a estratégia do mercado imobiliário estabelecem por um conjunto particular de modificação da circulação de movimento de fluxo de pessoas, na busca do status social determinando num novo arranjo que se dá a periferia também como produto, condição e meio da reprodução capitalista.

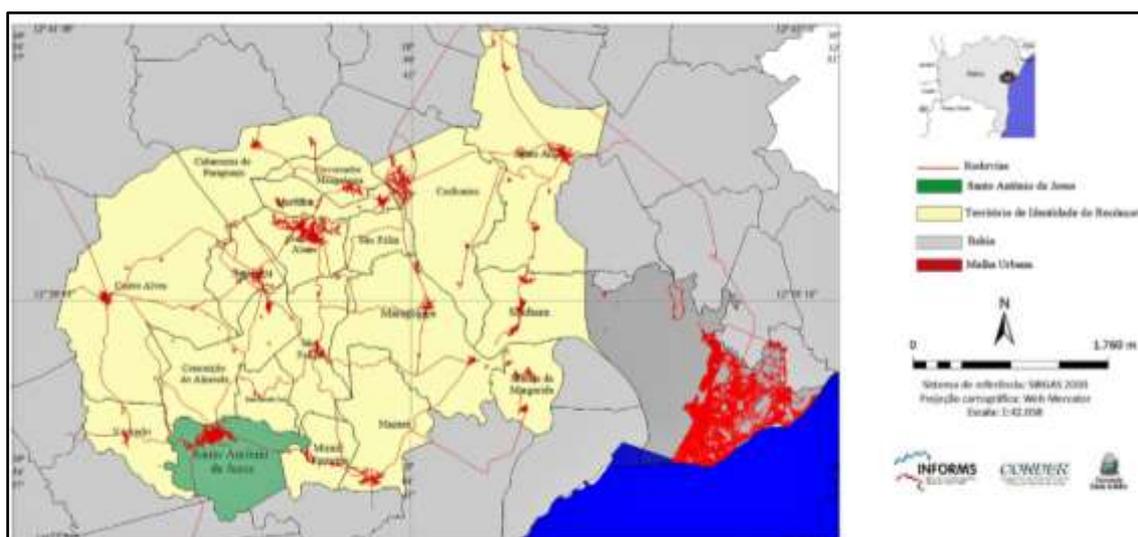


3 A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS PARA (RE)PRODUÇÃO DO CAPITALISMO

A cidade de Santo Antônio de Jesus localiza no sul do Território de Identidade Recôncavo do Estado da Bahia (Mapa 1). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o município tinha uma população de 90.985 habitantes, ao passo que, em 2017, a população total foi estimada em 103.342 pessoas. A sede do município tem uma população de 79.299 pessoas, cujo comércio e os serviços compõem a base principal das funções sociais e econômicas (IBGE, 2010, 2017).

A expansão territorial ocorreu devido, principalmente, à instalação da BR 101, BA 046, BA 026 e BA 497 (sem pavimentação asfáltica), bem como à mobilidade de pessoas do campo e ao crescimento territorial urbano (Mapa 1). Por outro lado, esses fatores também possibilitaram o surgimento de vários bairros periféricos, alguns sem as mínimas condições de infraestrutura e serviços públicos essenciais, sobretudo a partir da década de 1979, mas também de loteamentos de alto padrão que estrutura a morfologia da cidade.

Mapa 1 – Localização de Santo Antônio de Jesus-BA no Território de Identidade





Recôncavo, 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018), com base no IBGE (2010;2018). Sistema de Proj. Cart.: Lat e Long. Sistema de Referência das Coordenadas DATUM SIRGAS 2000 WGS84.

Para entender a produção do espaço é preciso saber que a origem e a história da divisão da sociedade em classe e modo de produção capitalista estabelecido. No novo estágio de produção flexível pode explicar a estruturação e as contradições do modo de produção capitalista. A produção do espaço para (re)produção do capitalismo pode-se perceber na estrutura imobiliária e fundiária das cidades médias, pois, os ideias da classe dominante desse período histórico é a reclusão em áreas homogêneas. Tal ideia é posta como verdade e generalidade. Como uma nossa sociedade que produz tanta riqueza, e ao mesmo tempo no espaço têm muitas desigualdades socioespaciais? Se o sujeito aceita sua condição, isso é consolidada com o discurso. Concretamente, a ideologia está na observação dos locais de especulação imobiliária, os investimentos públicos e privados em determinadas áreas da cidade para valorização e extração da renda da terra, contraditoriamente no mesmo espaço, há carências de investimentos em infraestrutura e serviços básicos.

Nesse sentido, ao verificar a evolução demográfica do município de Santo Antônio de Jesus (Tabela 1), evidencia um município até 1960 rural. A partir dessa década, houve uma mudança na estrutura da cidade, devido as rodovias instaladas, o êxodo rural, inclusive dos municípios circunvizinhos e o crescimento comercial da cidade foram substanciais para transformação urbana da cidade, ao passo que em 1970 havia uma maior população urbana em relação ao rural.

Tabela 1 – População do município de Santo ANTÔNIO de Jesus-BA (1950-2010).

Ano	População			Taxas	
	Urbana	Rural	Total	Urbanização	Populacional
1950	11.839	17.829	29.668	39,9 %	43,15 %
1960	15.486	18.532	34.018	45,5 %	14,66 %
1970	21.693	18.033	39.726	54,6 %	16,78 %
1980	34.628	16.954	51.582	67,2 %	29,85 %



1991	52.855	11.476	64.331	82,2 %	24,72 %
2000	66.245	11.123	77.368	85,6 %	20,27 %
2010	79.299	11.686	90.985	87,2 %	17,56 %

Fonte: Censo demográfico (2018).

Nesse período vários bairros paupérrimos surgiram com sérios problemas de infraestrutura e serviços básicos. Para tanto, ao mesmo tempo, empresários e proprietários fundiários locais iniciaram um processo, especificamente em 1978 de construir redutos de moradia no centro da cidade, dando início ao fenômeno dos condomínios fechados semelhantes ao que se registravam nas cidades do sudeste do Brasil, como afirma (SPOSITO, 2006).

Conforme a isso, ao passo que aumentava a população urbana também verifica o aumento da quantidade de condomínios e loteamentos fechados na cidade (Tabela 2). Esses “enclaves fortificados” estruturados com infraestrutura e próximos dos locais que tinha os serviços básicos de saúde, de mercado e bancários tinha sua reprodução social mantida como *status* nos novos habitats urbanos e condições necessárias de consumo por uma classe social.

Tabela 2 – Relação dos condomínios e loteamentos fechados em Santo Antônio de Jesus – 1970-2010.

Condomínios e loteamentos fechados			Fundação	Endereço*	
Déca das				Rua	Bairro
1970 - 1979	1	Pôr do Sol	1978	Justiniano Rocha Galvão	Centro
	2	Ao Nascer do Sol	1979	Areal	São Cristóvão
1980-1989	3	Villa das Palmeiras	1980	Praça Renato Machado	Centro
	4	Sales e Silva	1980	Cajueiro	Cajueiro
	5	Canto das Árvores	1986	Teodoro Dias Barreto	Andaiá
1990-1999	6	Canto dos Pássaros	1990	Teodoro Dias Barreto	Andaiá
	7	Santo Antônio	1992	Vereador João Delfino	Centro
	8	Village dos Pinheiros	1992	Waldemar P. de Queiroz	São Cristóvão
	9	Residencial Verde Ville	1993	Avenida Esperança	Maria Preta
	10	Cidades do Sul	1993	Alagoas	Maria Preta
	11	Quinta do Inglês	1995	Waldemar P. de Queiroz	São Cristóvão



2000-2010	12	São Cristovão	2000	Santo Antônio	Centro
	13	Residencial Centenário*	2002	Maria Preta	Maria Preta
	14	Villa Inácio	2005	Santo Antônio	Centro
	15	Residencial Anita Passos	2006	ANTÔNIO Fraga	Centro
	16	Nailton Souza	2006	ANTÔNIO Mendes	São Benedito
	17	Jardim Europa	2007	Teodoro Dias Barreto	Andaiá
	18	Brisas do Leste	2007	Av. Esperança	Maria Preta
	19	São Luís	2007	Areal	São Cristóvão
	20	Valle Verde	2009	Lomanto Junior	São Cristóvão
	21	Mirante dos 100	2009	Lomanto Junior	São Cristóvão
	22	Moradas da Bela Vista	2009	Maria Preta	Maria Preta
	23	Chácara Suíça	2010	Teodoro Dias Barreto	Andaiá
	24	Bungaville	2010	Fonte do Céu	Andaiá
25	Moradas Residencial	2010	Maria Preta	Maria Preta	

*Obs.: Alguns endereços podem ter sido modificados com Lei Municipal nº 1300/2015.

Fonte: Adaptado de Silva (2012).

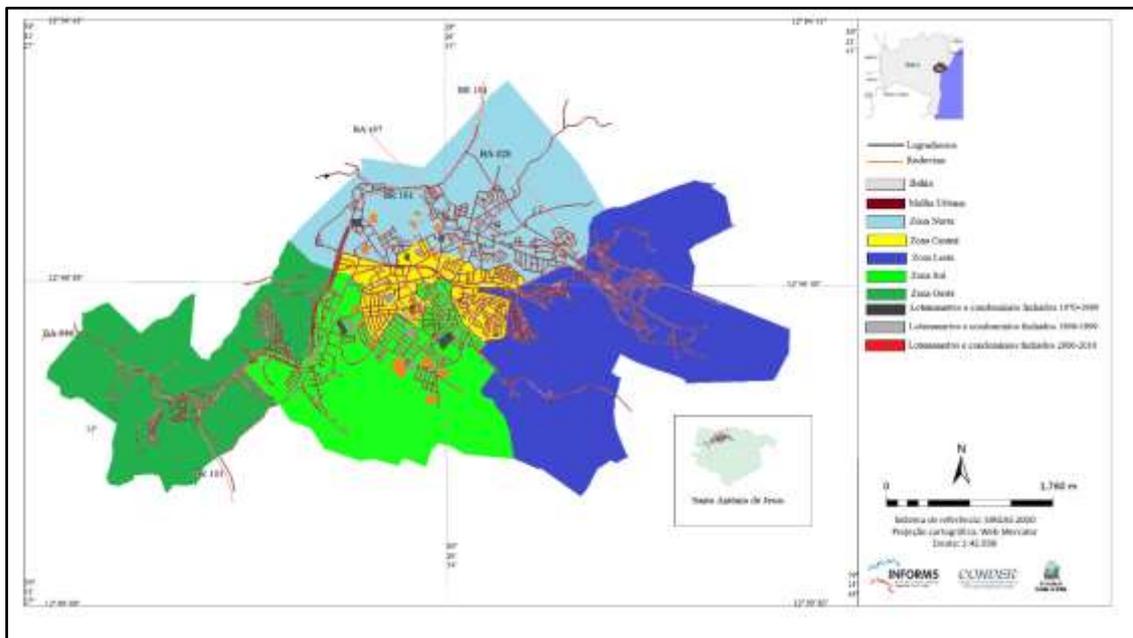
O urbano aparece como um dos principais investimentos para (re) produção capitalista. Como observa, Damiani (2005) o urbano é mercadoria para acumulação do capital com a ativação dos negócios urbanos não somente de lucros, mas de rendas substanciais que representa a realização do capitalismo no Brasil. Sánches (2005) a extração da renda fundiária urbana surge como determinante do processo de acumulação e a urbanização também torna um negócio.

A nova morfologia urbana dos muros dentro da cidade como barreiras materiais que segmentam o espaço urbano e separa os moradores trata-se no movimento de reestruturação das cidades o que qualifica a urbanização no período atual. Os loteamentos fechados, ação dos agentes imobiliários geram profundas mudanças na estrutura das cidades médias, ao passo que a passagem da “segregação socioespacial para a fragmentação urbana mesmo em espaços não-metropolitanos” demonstra a estruturação urbana (SPOSITO, 2016, P. 188).

A expansão dos condomínios e loteamentos fechados (Mapa 2) se orientavam para áreas periféricas da cidade, por vários motivos: inexistência de terras urbanas no centro, estratégias de proprietários fundiários em alocar juntamente com o poder público municipal infraestrutura urbana e uma população detentora de capital de investimento



nos empreendimentos. Formou, então, no Bairro da Maria Preta o local de forte concentração de condomínios, com elevada especulação imobiliária e de *status social*. Outros bairros têm essa realidade, porém em contrates pela proximidade dos locais paupérrimos, com lógicas distintas de reprodução da vida no mesmo espaço.



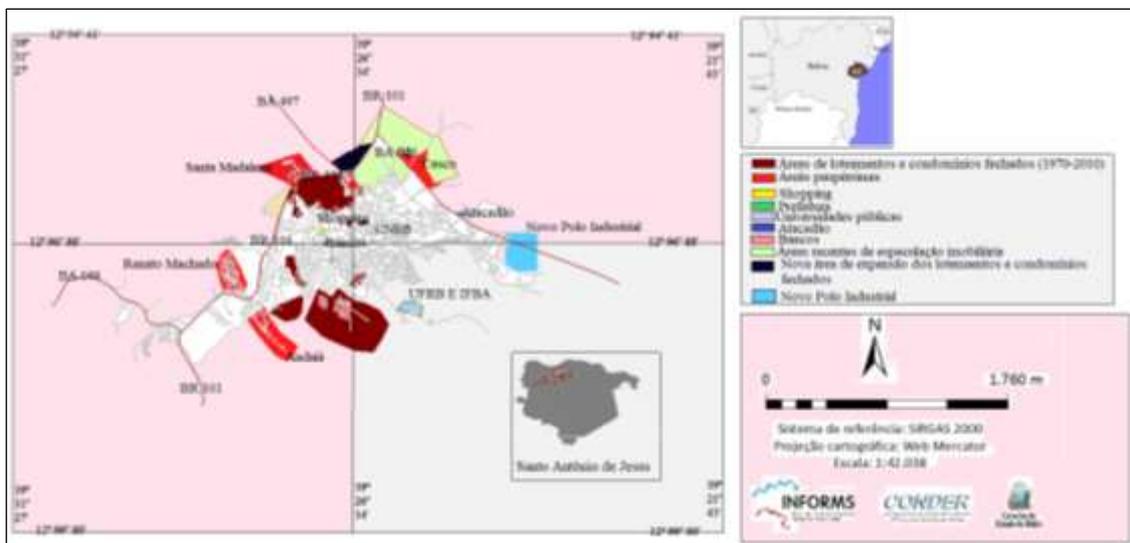
Mapa 2 – Localização das Zonas Urbanas de Santo Antônio de Jesus – BA, 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018), com base no IBGE (2010;2018). Sistema de Proj. Cart.: Lat e Long. Sistema de Referência das Coordenadas DATUM SIRGAS 2000 WGS84.

Percebe-se que há lógicas atuais na reprodução do capitalismo, que podem ser analisadas com a leitura que expressa os condomínios e loteamentos fechados resultado das estratégias dos agentes de produção do espaço, quais sejam promotores e incorporadores imobiliários e proprietários fundiários, que é alicerçada pela ação do Estado. Esse contexto revela formas diferentes de apropriação do espaço urbano das cidades médias brasileiras, de reprodução do espaço e da divisão social.



Desse modo, compreender os fenômenos das relações humanas, a (re)produção capitalista do espaço que dar-se-á pela modernização e urbanização das cidades, como *locus* de produção da lógica capitalista da transformação do valor de uso em valor de troca, da acumulação, da negação e o direito ao uso e apropriação do espaço. Ou seja, como esses agentes da produção do espaço tornam a cidade um receptáculo e o urbano como mercadoria, ao passo que são criados desejos e necessidades de consumo, simulacros urbanos e a transformação do uso e da apropriação do espaço. Outro indicador é da atuação de um mercado imobiliário na cidade, cuja produção do espaço face aos seus interesses produz um tipo de racionalidade estratégica do capitalismo para acumulação, de autosegregação, de negação da cidade e do urbano com mercadoria (Mapa 3).



Mapa 3 – Espacialidade urbana da Cidade de Santo Antônio de Jesus – BA, 2018.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018), com base no IBGE (2010;2018). Sistema de Proj. Cart.: Lat. e Long. Sistema de Referência das Coordenadas DATUM SIRGAS 2000 WGS84.



A periferia que historicamente é *locus* de reprodução da classe trabalhadora, torna-se também interessante como condição e meio com lógicas ideológicas do consumo para determinadas classes sociais, cujo poder econômico possibilita novos conteúdos com a reprodução da classe dominante. Nesse contexto, um conjunto de subsistemas são incorporados, através do ordenamento estratégico que impactam diretamente na vida urbana, fragmentando de forma combinada e desigual. Esse processo estrutura o espaço urbano, sobretudo com a instalação de avenidas e ruas pavimentadas que privilegia a circulação dos moradores da autosegregação para o centro, que detêm os serviços comerciais, hospitalares e de clínicas, serviços públicos e bancários, além do acesso às universidades públicas.

A estruturação fragmenta o espaço urbano da cidade de Santo Antônio de Jesus, expressivamente com a construção do Shopping Itaguari na década de 1990. Um empreendimento para atender às necessidades das classes médias e alta, como local de consumo, serviços e funções públicos e privados de saúde e bancários.

A BR 101 e as BA 046 e BA 026 que dão acesso às cidades circunvizinhas, a Salvador e Ilha de Itaparica possibilitaram o crescimento da cidade, torna-se também apropriada pelo mercado imobiliário pela condição de mobilidade urbana, cujo empreendimento entre 2000-2010 e novos habitats urbanos se direcionam. Esse indicativo, reorienta as ações e estratégias do setor imobiliário para direção norte da cidade, que está modificando a estrutura atual com a incorporação de novos conteúdos urbanos e a expansão territorial da cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A produção do espaço reproduz de forma contraditória no espaço, apesar que na escala global a uma tendência para maximização da acumulação, através do produto das relações de classe do capitalismo com base na reação de trabalho, a diferenciação na força com a apropriação do trabalho leve para diferenciação, especialmente na forma de apropriação do espaço e as espacialidades da cidade na escala local.

A cidade é produto da produção do espaço, pois a sua espacialidade é reveladora de sua condição e meio para (re)produção capitalista. Esse contexto revela formas diferentes de apropriação do espaço urbano das cidades médias brasileiras e de reprodução do espaço e da divisão social. Também tem a lógica do capitalismo sobreviver ao apropriar e explorar todos os espaços para se reproduzir que é possibilitado pela modernização.

As relações de produção do capital no espaço, em função de sua própria característica de desenvolvimento desigual, definem um novo contexto de sociabilidade na sociedade a partir de um conjunto de mudanças na estrutura urbana das cidades brasileiras. Percebe-se como parte desse processo que as cidades brasileiras passaram por essas transformações, o que também modificou o conteúdo social da vida urbana, que se sustenta, dentre outros aspectos, na transformação do valor de uso da cidade, por espaços centrados na lógica da mercadoria, ou seja, do valor de troca do espaço urbano.

A produção desigual do espaço possibilita a (re)produção do capitalismo e a estrutura do espaço urbano para manutenção desigualdades sociais e dos contrastes sociais. Conclui, que a inserção de equipamentos e infraestrutura urbana, a oferta de serviços públicos e privados, e sobretudo os loteamentos e condomínios fechados estabeleceram a expansão territorial e estrutura da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA e, ao surgimento de novos conteúdos à periferia, ao urbano e a cidade, à acumulação do capital, à manutenção da estrutura da sociedade em classe.



REFERÊNCIAS

- ARROYO, Maria Mônica. Dinâmica territorial, circulação e cidade médias. In: Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo, orgs. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006, p. 71-85.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2 ed. São Paulo: Labur Edições, 2017.
- DAMIANI, Amélia Luisa. O urbano no mundo mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. In: **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 367-369.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte - MG: UFMG, 1999.
- _____. (1974), **A produção do Espaço**. Trad. Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- MAIA, Doralice Sátyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo, orgs. **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006, p.155-173.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1985.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.



_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SÁNCHEZ, Fernanda. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. P. 410 – 412.

SILVA, William Ribeiro da. Centralidade e produção de loteamentos fechados na cidade de Londrina-PR. In: Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo, orgs. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006, p.215-234.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1988.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público em Presidente Prudente: Reflexos na perspectiva dos loteamentos fechados. In: Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo, orgs. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006, p.175-197.

_____. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ogr). **Cidade médias**: espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 157-171

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas** – A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro – RJ: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulista – Brasil. In: Eliseu Savério Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Oscar Sobarzo, orgs. **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006, p.175-197.

_____. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ogr). **Cidade médias**: espaços em transição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 233-253.



VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. P. 17 – 38.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, Artur Magon. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (ogr). **Cidade médias: espaços em transição**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 139-156.